

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 16 de maio de 2023 - Ata n.º 40.

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Adão Litro** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victoria** (2.^ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **40.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, 2.^ª Secretária, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^ª 2.^ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 39.^a Sessão Ordinária, de 15 de maio de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Adão Litro se há expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Adão Litro - PSD): Sim, Ex.^a.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 251/2023** da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, autorizando a realização da Audiência Pública para a apresentação dos dados relativos ao cumprimento das metas fiscais do 1.º quadrimestre de 2023 no Plenário desta Casa de Leis, no dia 30 de maio de 2023, às 14h30; **Ofícios n.ºs 1141, 1255 e 1256/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1245/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde a requerimento da Deputada Márcia Huçulak; **Ofício n.º 1248/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimento dos Deputados Batatinha e Hussein Barki; **Ofício n.º 1249/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da ParanaPrevidência a requerimento do Deputado Tito Barrichello; **Ofício n.º 1250/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Companhia de Saneamento do Paraná a requerimento do Deputado Tiago Amaral; **Ofício n.º 1252/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde a requerimento do Deputado Goura; **Ofícios n.ºs 1253 e 1263/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1257/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência a requerimento do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 412/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 309/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.476; **Ofício n.º 414/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanções do Projeto de Lei n.º 308/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.473; **Ofício n.º 416/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 284/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.469; **Ofício n.º 418/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 252/2022, o qual

convertido em Lei recebeu o n.º 21.467; Informação do Portal Transfergov a respeito da liberação de R\$ 116.515,58 para a aquisição de 1 veículo referente ao convênio n.º 884107/2019, firmado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registrarmos a presença aqui na Casa do Sr. Deyler Klenk Junior, professor e lutador de *Muay Thai*, que está aqui presente. Seja bem-vindo. Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Muito boa tarde, Sr. Presidente. Muito boa tarde, nobres colegas Parlamentares e todos que nos assistem pela *TV Assembleia*. O motivo, hoje, Deputado Alexandre Curi, de estarmos aqui é fazer uma homenagem as nossas artes marciais, na pessoa do Deyler Klenk Junior, que tem 36 anos, é natural de Curitiba. Ali vocês podem ver no telão um pouquinho da luta dele, essa luta que ele fez agora, no dia 17 de março, e se sagrou campeão lá na Tailândia, trazendo assim esse belo cinturão para Curitiba e, também, esse troféu que ele tem em mãos aí muito bonito e muito merecido. Ele é casado com a Ana Beatriz que está aqui. Obrigado, Ana, por ter vindo. É pai da Giovanna também. Cadê a Giovanna? Está ali a Giovanna, que tem 15 anos, e do Vicente que tem cinco anos. Está com a sogra também, a Mirian, e a tia Célia, que estão aqui também participando desta homenagem. Muito obrigado. Treina desde os 13 anos de idade, com várias vitórias em seu cartel. Oriundo da Equipe Chute Boxe, do Professor Sérgio Cunha, treinou muito com o nosso amigo Emerson Bruce, o Bruce Lee. O Deputado Renato Freitas também teve a oportunidade de fazer uma luvinha lá e treinar com o Bruce, uma pessoa espetacular, que merece aqui também todo o nosso elogio, que há cinco anos também foi à Tailândia e foi campeão. Por isso que lutamos tanto, aqui, Sr. Presidente, para termos o reconhecimento das artes marciais. Quero parabenizar aqui, também, o Grão-Mestre Rudimar Fedrigo, que é o fundador dessa grande Equipe, a Chute Boxe. Sábado, tivemos a primeira etapa do Paranaense de *Muay Thai*, que foi feito com recurso da Proesporte. Então, o nosso Estado do Paraná avançando, trazendo

recurso para o esporte, Boxe Tailandês e MMA. O Mestre Fernando Falkenbach e o Mestre Rodrigo Vidal. Agora, são mestres o Rodrigo Vidal e o Fernando. Quero agradecer, também, o Otávio lá da Proesporte, que fez muito e tem atendido muito bem o pessoal das artes marciais. Hoje, o Deyler Junior segue sem equipe, representando o seu próprio nome onde ele vai lutar. E uma coisa interessante, Sr. Presidente, que o Deyler, quando tinha 13 anos, foi começar os seus treinos, mas não tinha condição financeira para isso. Então, ele simplesmente limpava ali o tatame, e foi aí agraciado com essas aulas que fizeram com que hoje tenha renome e, aos 36 anos, trouxe essa vitória na categoria 66 kg para a gente. Com 13 anos de idade, já começou treinando, fazendo a sua parte e, antes de ser convocado para o mundial, é outra coisa interessante, estava com depressão profunda. Depois da pandemia, teve alguns problemas, perdeu 20 quilos para lutar no 66, com esforço, dedicação, para trazer aí esse troféu. Viajou com a ajuda de um aluno, fez vaquinha, lutou muito para conseguir essa passagem, por isso da importância de nós aqui, caros Deputados, nesta Casa de Leis, fazermos coisas importantes para o esporte, para as artes marciais. O nosso projeto *Milhas Solidárias* está sendo refeito, Sr. Presidente. Tivemos uma reunião com a Latam e com a Gol e eles não conseguiram adequar o nosso Projeto, o Dylliardi participou também, e agora estamos fazendo uma alteração na lei para que então possamos, de uma forma diferenciada, implementarmos isso aqui no Estado e ter aí os nossos atletas competindo fora e tendo esse recurso. Para homenagear aí o *Muay Thai*, trouxe aqui a minha caneca. Cadê aquela foto da caneca, mestre das fotos? Aqui a caneca do *Muay Thai*. Hoje mudou do *Jiu-Jitsu* para o *Muay Thai*. Vamos agraciar o *Muay Thai* com este título. O *Muay Thai* que sempre tem feito a diferença aqui no nosso Estado do Paraná. Deyler, mais uma vez, parabéns pelo seu feito, reconhecemos isso aqui nesta Casa de Leis, fazendo com que o nosso esporte cresça cada vez mais, e as artes marciais tomem aí o seu lugar de destaque, sempre dando condições, não é, Delegado Xerifão, precisamos dar condições... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Amaro, um minuto para concluir.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Obrigado, Presidente. Precisamos dar condições para quem está iniciando, começando. O Deyler dá aula hoje e sabe da dificuldade. Uma passagem hoje para a Tailândia custa em média de R\$ 10 mil. Então, os recursos são pequenos, os patrocínios são poucos, precisamos fomentar isso aqui nesta Casa de Leis, para conseguirmos fazer com que o esporte seja mais e mais valorizado e faça, sim, uma grande diferença. Muito obrigado a todos. Parabéns, mais uma vez, a todos os praticantes das artes marciais. Sucesso. Ah, gostaria também de pedir a todos que tivessem um momentinho de fé para pedirmos em favor do nosso Grão-Mestre Edinei Pedroso, que teve um AVC e está aí no hospital agora. É um Grão-Mestre também do *Muay Thai*. Temos certeza de que ele vai sair bem. Ontem estava no hospital, hoje já tivemos contato de que está melhorando; uma boa melhora e vai estar logo, logo no tatame conosco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Queremos também, em nome do Poder Legislativo, cumprimentá-lo por essa grande conquista e principalmente pelo seu histórico de vida. Seja sempre bem-vindo aqui nesta Casa. Próximo orador, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): O Deputado Nelson Justus pediu para utilizar o Pequeno Expediente em virtude de uma necessidade extrema, utilizarei o horário da Liderança. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Então, Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, uso a tribuna hoje para que tratemos de um assunto que diz respeito a esta Casa

e a nós mesmos. Quero falar a respeito da banalização do título ou dos títulos de Cidadão Honorário e Cidadão Benemérito. Quero crer, Sr. Presidente, Deputado Tito, que temos que tomar isso com muito cuidado, porque estamos desvalorizando de tal maneira aquelas pessoas que são homenageadas, Sr. Presidente, que de repente é melhor que não homenageemos mais ninguém. E o que me causa tremenda espécie é que em 2004 - e poucos dos senhores estavam aqui, mas o Deputado Traiano estava e votou - foi aprovado por unanimidade o voto de repúdio, considerando uma *persona non grata*; na semana passada, esta mesma pessoa recebe aqui ou tem aprovado o seu nome como Cidadão Honorário do Estado do Paraná. Eu confesso que levei um choque, porque recebi um telefonema hoje, Tito, e você conhece bem essa turma da torcida Os Fanáticos, me telefonaram e diziam: *Queremos saber qual é o dia da homenagem, porque queremos estar lá para prestarmos juntos essa homenagem.* Ora, eu falo, Sr. Presidente, do jornalista Milton Neves, que foi homenageado aqui nesta Casa como Cidadão Honorário por esses dias. Eu não tenho nada contra o jornalista, nem a favor, pena que como estava licenciado, não estava aqui, eu teria lembrado que em 2004, sob a Presidência do Deputado Hermas Brandão, por unanimidade, repudiamos atos que este jornalista fez contra os clubes do nosso estado, seja do Athletico Paranaense como do Coritiba. Aliás, do Coritiba, a semana passada, ele já fez o mesmo, e me surpreende que ele tenha sido agraciado com tremenda honraria. Deputado Renato, estou aqui há 30 e poucos anos, sabe quantos Títulos de Cidadão Honorário em Projetos eu apresentei? Um. Em 30 e poucos anos apresentei um, porque achava que essa pessoa realmente merecia ser Cidadão Honorário do meu estado. De repente, banalizou-se, virou-se, como dizia o Ananias, festa da uva. É Título de Cidadão Honorário para cá, Título de Cidadão Benemérito para lá, e todo mundo tem, capaz de passar aqui na frente e cair um título desses na cabeça da gente. Isso é ruim para nós, desvalorizamos algo que é uma honraria enorme. Você pendurar na parede da tua casa, do teu escritório, do teu gabinete, a cidade que te homenageou é porque você fez alguma coisa por ela. O estado então - Cidadão Honorário do Paraná - puxa vida, é uma honraria enorme. Mas não, qualquer um vai ganhar um Título de Cidadão. *Passa lá, me dá*

o teu currículo que você vai ganhar o Título de Cidadão Benemérito, Cidadão Honorário. Então, quero pedir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Nelson Justus, um minuto para concluir.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Já concluo. A Vossas Excelências, em especial à Comissão de Constituição e Justiça, lembro-me do Deputado Veneri, que era rígido: *Quero ver o currículo, quero saber o que fez.* Que organize isso, que tenhamos um número “x” e que sejamos mais rigorosos conosco mesmo, para valorizarmos aqueles que merecem e que mereceram ser Cidadãos Honorários ou Beneméritos do nosso Estado. Cabe a V.Ex.^a, Presidente, até uma *questão de ordem*. Alguém que recebeu a pecha, por unanimidade, de *persona non grata* do Estado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): ... pode ser cidadão honorário 20 anos depois? Cabe a Mesa e a todos nós a resposta. Muito obrigado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, o Deputado Nelson Justus fez uma fala importante sobre um tema relevante, só que ele estava no horário do Pequeno Expediente e não cabe aparte, mas quero me solidarizar com o tema que ele traz à tribuna. Dizer que de fato temos que fazer uma revisão de critérios em relação à concessão de cidadania honorária. Hoje mesmo vi que o Prefeito de Curitiba Rafael Greca vetou um título de cidadão honorário para uma pessoa que já faleceu, um influenciador aí de internet. O fato concreto é assim, pessoas que na verdade não prestaram serviço nenhum ao Estado acabam sendo reconhecidos. De fato é banalizar um instrumento que a Assembleia tem para

destacar quem é de fato merecedor da honraria. Acho que temos que ser mais rigorosos nessa análise. E ele cita o caso de alguém que efetivamente trabalhou contra os interesses da Paraná de forma muito objetiva em um período da vida e nenhuma contribuição deu ao Estado do Paraná. Ainda bem que eu não estava aqui no período e não votei no Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, distinta Mesa e Sr.^s Deputados, compareço em mais uma oportunidade para fazer uso deste expediente para tratar sobre dois assuntos. Pretendia apenas fazer uso da palavra para falar da audiência pública que está para acontecer na cidade de Francisco Beltrão, Sr. Presidente, com os 42 municípios do Sudoeste do Estado do Paraná. Como fizemos, Deputada Luciana, Deputado Traiano, Deputado Matheus, Deputado Adão, Deputado Guerra, Deputados com base no Sudoeste do Estado do Paraná e com representatividade naquela região, como fizemos na região da Cantuquiriguá, no dia 13 de abril, onde reunimos praticamente todos os 20 municípios que, pelos dados enviados, compõem a região da Cantuquiriguá. Reuniremos, nesta sexta-feira, os nossos 42 municípios do Sudoeste do Estado do Paraná, Sr.^s Prefeitos, Sr.^s Vereadores, entidades da produção agrícola, entidades da atividade de transformação, sejam elas do setor que forem, para discutirmos, junto com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a Copel, o programa em implantação, em execução no Estado do Paraná, que é o programa *Paraná Trifásico*. É através do programa *Paraná Trifásico* que ocorre, Sr. Presidente, uma verdadeira revolução na área da produção, na área industrial, e que é imprescindível para o Estado do Paraná - a execução absoluta do maior programa trifásico do Brasil. Já colocamos aqui, em outras oportunidades, que outros estados, como Santa Catarina, de maneira bem desigual, faz um programa que chega a casa dos 2% do que o Estado do Paraná faz. Queremos neste dia... O Sudoeste do Estado do Paraná é o maior produtor de leite do Estado do Paraná, aonde a nossa produtividade chega ao status dos países com a melhor

produtividade do mundo. O Sudoeste avançou de maneira gigante, mas o produtor de leite não pode, na falta da intensificação do programa, sacrificar um Projeto tão importante, como é o Projeto de leite para o Estado do Paraná. Estamos convidando todos os nossos Deputados, os Sr.^s Prefeitos, os Sr.^s Vice-Prefeitos, os Sr.^s Vereadores, os Sr.^s representantes de entidades, para estarem conosco, nesta sexta-feira, na sede, Sr. Presidente, da Associação dos Municípios do Sudoeste do Estado do Paraná, a Amsop, com uma prerrogativa dada pela Copel. Os Sr.^s Prefeitos, Sr. Presidente, com a competência... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, um minuto para concluir.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Uso o espaço da Liderança. Os Sr.^s Prefeitos através, nosso Líder Hussein Bakri, de suas Secretarias da Agricultura, Cloara, poderão trazer para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica as linhas mais adensadas na demanda com energia elétrica. A Copel não tem como saber, quem pode fazer isso são as nossas lideranças em nível de cada um dos nossos municípios, os Sr.^s Vereadores, os Sr.^s Secretários Municipais, o Sindicato do Empregador Rural, o Sindicato do Trabalhador Rural, que poderão trazer relatório especificando, Sr. Presidente, quais as comunidades que demandam de um maior aporte de energia elétrica. Fica aqui nosso convite para estarmos em Francisco Beltrão, nesta sexta-feira, dia 19, fazendo uma grande discussão, apresentando relatório e colocando os pontos de estrangulamento para produção e para industrialização do Estado do Paraná. É o que tinha, Sr. Presidente. Desde já muito obrigado pela presença neste dia 19, sexta-feira, em Francisco Beltrão, sede da Amsop, 9 horas da manhã. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público que nos acompanha pelas redes sociais e público presente. Quero aqui inicialmente endossar o convite do Deputado Luís Corti, realmente

muito importante. Parabenizo V.Ex.^a pela iniciativa dessa Audiência Pública. Sabemos que são inúmeros os prejuízos, principalmente falando da agricultura familiar e dos agricultores que trabalham com a produção do leite, que trabalham com a produção de frangos. Então, é muito importante esse debate e é importante que a Copel esclareça o porquê das tão frequentes quedas de energia e, também, da demora da ligação da energia, da volta da energia. Mas, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, também, Deputado Luís Corti, aconteceu na sexta-feira passada, dia 12, Presidente Traiano, uma reunião de trabalho da Amsop, que representa os 42 municípios do Sudoeste do Paraná. Uma reunião de trabalho, na qual fui convidada, juntamente com a Deputada Federal Gleisi Hoffmann e, também, o Diretor de Coordenação da Itaipu, Carlos Carboni. Nessa reunião de trabalho, a Amsop esteve presente; também esteve o Presidente da Acamsop, o representante da Acamsop - Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná; também esteve presente os vereadores e várias lideranças que acompanharam essa reunião. Foi uma reunião em que a Acamsop apresentou, aliás, que a Amsop, através do Prefeito Anderson, apresentou uma proposta, um Projeto para a Itaipu, um Projeto que seria e será de grande importância para o Sudoeste do Paraná, para os municípios do Sudoeste. Um Projeto solicitando um apoio da Itaipu para os municípios do Sudoeste com relação a calçamento ou mesmo asfaltos nas estradas do interior, dos municípios do Sudoeste do Paraná. O Diretor Carlos Carboni ouviu atentamente e colocou a Itaipu à disposição, falando que neste momento é possível, sim, fazer esse debate, tendo em vista as mudanças que ocorreram na Itaipu, as mudanças com relação à abrangência de trabalho. Até pouco tempo atrás, a Itaipu só podia realizar, só podia atender os municípios lindeiros, e por isso não tinha condições de fazer um trabalho maior nos demais municípios do Estado do Paraná. Houve essa mudança, há poucos dias atrás, e agora existe, sim, essa condição dessa parceria da Itaipu, com Projetos nos 399 municípios do Estado do Paraná. Então, houve certo compromisso por parte do Diretor Carlos Carboni. Claro que isso ainda vai ser aprovado pela direção da Itaipu, mas existe uma grande possibilidade na ordem de 1 milhão, R\$ 1,5 milhão por município para recuperação estradas, ou seja, para calçamento ou para asfaltos nas comunidades do interior do

Sudoeste do Paraná. Então, uma grande novidade para o Sudoeste. Ficamos felizes com essa notícia e esperamos que tão logo esse Projeto seja encaminhado, seja aprovado e colocado em prática. Também nesse dia foi importante a visita ao Ceonc, que hoje atende o Hospital do Câncer do Sudoeste que fica em Francisco Beltrão, no qual foi recebida a proposta de um pedido de apoio do Ceonc também para o Carlos Carboni, Diretor de Coordenação da Itaipu, para a Deputada Federal Gleisi Hoffmann, solicitando um apoio na aquisição de um tomógrafo que realiza o Pet-Scan. Esse exame só é realizado em Cascavel, Deputada Cloara, toda região Sudoeste do Paraná depende de Cascavel para realização desse exame. Um pedido que primeiro, claro, será analisado esse pedido pela Itaipu, e se possível a Itaipu irá atender o Ceonc e o Ceonc poderá atender toda a população do Sudoeste, que hoje necessita esse deslocamento até Cascavel para a realização do Pet-Scan. Com certeza é um equipamento muito importante e que vai contribuir muito com a população do Sudoeste que passa, quando a pessoa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): ... quando a pessoa está fazendo tratamento do câncer sabemos que debilita bastante o organismo da pessoa. Então, podendo fazer mais perto de casa com certeza é uma grande conquista, um grande benefício para a população sudoestina. Senhor Presidente, só para encerrar, gostaria de dizer que, hoje pela manhã, participei da 13.^a Conferência Estadual de Saúde com o tema, claro, em defesa do SUS. O SUS, o maior sistema de saúde do mundo, que atende cerca de 190 milhões de brasileiros, dos quais 80% dependem exclusivamente desse sistema para ter o atendimento à saúde. Então, fica o nosso reconhecimento ao SUS, mas, principalmente, também, feliz por estar acontecendo essa conferência, que é um momento de debate, de construção de novas propostas, para que possamos melhorar ainda mais esse atendimento que é feito à população paranaense com relação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para encerrar, Sr. Presidente. Fica aqui os nossos parabéns ao Estado do Paraná, neste momento, e a todas as pessoas, a todos os Conselheiros que estão participando desta 13.^a Conferência de Saúde. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa, a visita de acadêmicos do curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná, acompanhados pelo Professor Bruno Martins Augusto Gomes. Sejam bem-vindos aqui à Assembleia. (Aplausos.) Com a palavra o Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente Traiano, membros da Mesa Executiva, Sr.^s Deputados e Deputadas. Não poderia deixar passar em branco hoje, aqui, de fazer um breve registro a respeito do nosso trabalho na Comissão da Criança, Adolescente e da Pessoa com Deficiência acerca da consolidação das Leis sobre autismo. Mas antes até quero cumprimentar o Deputado Gilson de Souza, que hoje fez uma grande Audiência Pública também pela Comissão da Criança e Adolescente, debatendo o tema da violência sexual contra menores, contra crianças e adolescentes. Tivemos aqui um delegado que trabalha com o cibercrime; tivemos aqui psicólogo, psicóloga; um psicanalista que fez uma fala muito interessante, Presidente. Então, é muito bom ver a Assembleia produzindo, com qualidade, um simpósio bem interessante que acho que vale a pena os Deputados depois conferirem, inclusive. Quero dizer, Presidente, que no último dia 10 de maio encerramos aquele prazo, o prazo que foi dado para protocolarem os Projetos. Claro que os Projetos continuarão podendo ser protocolados, mas falamos desse esforço conjunto de consolidarmos as leis, os Projetos em relação ao autismo. Então, tivemos aquela primeira reunião, em 11 de abril, com os Deputados e membros ali da sociedade civil para tratar do tema da consolidação. Na oportunidade foi apresentado o Anteprojeto de Lei consolidando cinco leis e 14 Projetos que tramitam na Casa. Acordou-se o prazo até 10 de maio para que os Deputados apresentem Projetos de Lei sobre o tema. O prazo foi dia 10 para

protocolar esse Projetos, só que o Presidente Traiano leu, em Plenário, na segunda-feira, ontem, portanto, e os Projetos foram protocolados e foram lidos em Plenário ontem. Foi feito um levantamento no sistema das Leis e Projetos: temos 41 Projetos de Leis e 17 Leis que haviam alterado outra Lei. Então, conseguimos levantar, fazer um trabalho. Olha só: 41 Projetos de Lei e 17 Leis. Essa compilação está sendo feita e o envio para os assessores dos gabinetes dos Deputados, para que verifiquem se todas as Leis e Projetos estão contemplados. Nada do que foi protocolado vai ficar de fora. Os próximos passos, portanto, temos a elaboração pela Comissão de um único Projeto de Lei reunindo todas as Leis e Projetos protocolados. Será esse novo Projeto protocolado; distribuído pela Alep às entidades que tratam do assunto e autoridades para dar sugestões ao Projeto e as contribuições devem ser enviadas no prazo de 60 dias. Então, será constituída pela Alep, depois disso, uma comissão especial, composta de cinco membros, para opinar, emitir parecer, no prazo de 30 dias, sobre o Projeto enviado e suas sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgarem convenientes. Com a apresentação do parecer, abre-se o prazo de 15 dias para receber Emendas. Então, teremos bastante possibilidade de tornar o texto cada vez melhor. Teremos a análise do Projeto em Plenário depois e, se aprovado, o Projeto tornará à comissão especial para ajudar na Lei e na elaboração da Redação Final. Tem todo um rito. Teremos a constituição de uma comissão especial. E esse é um esforço político do Presidente, da Comissão e de todos os Deputados e Deputadas que queiram que possamos ter um texto robusto, inclusive ouvindo a sociedade. Não será privilegiado o enfoque teórico de nenhum profissional da teoria “A”, “B”, “C”, o que teremos é um texto que possa abraçar as principais iniciativas no âmbito do Poder Legislativo Estadual, dentro das nossas atribuições. Claro que não podemos legislar sobre aquilo que está fora da nossa competência, mas dentro daquilo que é a nossa atribuição tomaremos o cuidado. Inclusive, temos o compromisso do Presidente Traiano de trazer aqui membros do Governo do Estado para que possam também colaborar, além da sociedade, para que tenhamos um texto forte, coeso e que possa servir de fato para melhorar a vida das pessoas, das famílias, pais e mães e de todas as pessoas com autismo no nosso Estado do

Paraná. Portanto, gostaria de fazer esses esclarecimentos, Presidente, pedir que os Deputados acompanhem, que tirem as dúvidas e os gabinetes todos estão sendo informados. E dizer que, independente do nosso esforço, qualquer Deputado pode continuar legislando sobre o assunto, porque essa é uma prerrogativa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro, um minuto para concluir.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): É uma prerrogativa de cada Parlamentar, que é livre, mas aqui fizemos obviamente o esforço conjunto de unidade, para fazer um texto forte e que seja representativo para todos os autistas do Paraná. Obrigado, Presidente. Era isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro, cumprimento V.Ex.^a e, até pelo seu histórico, também, tenho convicção absoluta de que V.Ex.^a fará, é claro, sempre em conjunto com os demais Deputados, um brilhante trabalho. E o objetivo desta Casa, mais uma vez repito aqui, é não individualizar as propostas, que todas elas sejam ouvidas e, enfim, no momento em que formos fazer algo, que a propositura seja de iniciativa de todos os Deputados que encaminharam iniciativas dessa natureza. Próximo orador, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente Deputado Ademar Traiano, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, recebi na semana passada do Maurício, que era a pessoa que cuidava da área da infância no Governo Federal anterior, no Ministério dos Direitos Humanos, uma informação que me deixou muito preocupado. Só no ano de 2022, 112 mil crianças brasileiras foram vítimas de crimes ou abusos sexuais através da Internet. Cento e doze mil crianças brasileiras. Pois bem, já temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que veda de forma terminante e enfática essas práticas, temos a legislação penal do nosso País, temos a Lei que ajudei a construir quando fui Deputado Federal, lá em Brasília, que pune rigorosamente aqueles que cometem crimes contra crianças,

mas nem isso está sendo capaz de saciar a ganância das *big techs*, que deixam as suas plataformas livres para que se deite e role em crimes contra crianças e em crimes que vão também contra a privacidade de pessoas adultas, Deputadas Cloara e Mara Lima. Recentemente, em Curitiba, dentro de um clube, um excelente clube, cuja diretoria é muito ética e responsável, um homem filmou uma menina de 9 anos através da janela, no vestiário, nua. E não são poucos os casos de crianças, adolescentes e até adultos que estão tendo até que se mudar de cidade porque são filmados em situações constrangedoras ou degradantes. Ora, o direito à privacidade está estabelecido na Constituição Federal, no seu art. 5º, no mesmo patamar em que está o direito à vida, o direito à liberdade e o direito à propriedade. O direito à privacidade é cláusula pétreia, ou seja, imutável da Constituição Federal Brasileira, mas não é mais respeitado no nosso País. Por isso, Presidente Ademar Traiano, estou protocolando, hoje, um Projeto de Lei que, sem prejuízo nenhum das sanções penais cabíveis a quem infringir as leis de privacidade, cria no Estado do Paraná a Lei Estadual de Proteção à Privacidade. E no seu art. 1º, o nosso Projeto de Lei institui punição administrativa pelo registro de áudios, fotografias e filmagens de pessoas em ambientes privados, seja para mero armazenamento ou com o registro com o intuito de objetivar exposição vexatória do indivíduo, ou ainda visando a prática de crimes sexuais ainda que cometidos de forma virtual. Para efeitos dessa lei, consideramos crimes sexuais através da Internet a realização do registro de que trata o caput, com a finalidade de armazenar momentos de privacidade, seja para distribuição e reprodução em plataformas sociais ou para satisfação da lascívia, nos termos do Código Penal Brasileiro, finalidade vexatória, intenção de difamar, envergonhar, desmoralizar ou injuriar a vítima, bem como promover... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ney, um minuto para concluir.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): ... bem como promover sua exposição de forma degradante, extorsão, chantagem, ou prática semelhante. Ambientes privados: aqueles onde haja razoável expectativa de privacidade, a exemplo de

vestiários, locais de trabalho, provadores de roupas, saunas, vestiários, banheiros, quartos e congêneres. E estabelecemos aqui multas elevadíssimas tanto para quem fizer essas filmagens ilegais - multas que são quintuplicadas quando forem filmagens ilegais de crianças - e multas, no âmbito administrativo, estratosféricas para plataformas que disseminarem filmagens de crianças em situação vexatória ou de nudez ou... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Para concluir, Presidente. A privacidade precisa ser resguardada. Aumentaram os números de suicídios no Brasil. Ainda não tenho elementos para comprovar que isso se deve à exposição vexatória e degradante de pessoas, mas existem fortes indícios e isso será estudado. Ou colocamos um limite já ou vamos ter, cada vez mais, pessoas sofrendo abusos através da Internet e de redes sociais. É nosso dever... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): No Grande Expediente, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, boa tarde, Deputados e Deputadas. Antes de falar do tema que me traz aqui hoje, que é o pedágio, quero lembrar que hoje é um dia importante para o Brasil, o Presidente Lula eliminou a PPI – Política de Preço Internacional com base no petróleo. Com isso o gás caiu 21,3%, a gasolina 12,6% e o diesel 12,8%. Um avanço para a soberania do nosso País e para o desenvolvimento da nossa economia. Presidente, o pedágio tem sido tema de debate desta Casa por meio de todos e todas e, na última semana, foi lançado o modelo que vai a edital. Quero lembrar que do dia 1º de janeiro para cá, depois que o Presidente Lula assumiu, a nossa Frente Parlamentar extinta aqui fez grandes tratativas que mudaram bastante o modelo de pedágio: conseguimos coletivamente o fim da outorga; conseguimos, de janeiro para cá, aumentar a curva de aporte de 1% para 18%; conseguimos colocar a contagem de veículos de bandagem – como se chama – para que, assim que identificado

aumento de fluxo na praça, tenha-se uma diminuição da tarifa; conseguimos o ingresso, o assento do Paraná no Conselho de Gestão que trata do pedágio; conseguimos também trazer mais transparência ao processo iniciado em 2019 pelo Governo do Estado e o Governo Bolsonaro na época. Esse é o modelo de pedágio, esse Lote 1, que trata da Região Metropolitana de Curitiba, vai ter 15 novas praças, ou seja, aumentará em 55% as praças no Paraná, só que nenhuma delas é neste lote, são os lotes que estão colocados lá. O que quero colocar é essa tabela de aporte. A Frente Parlamentar lutou o que pôde para retirar o tal do aporte financeiro, porque entendíamos que ele diminui a concorrência e limita o desconto na tarifa. Olhem lá, até 18% não precisa dar nada - e é um avanço que conseguimos, Deputado Evandro, o senhor que foi lá junto conosco, o Romanelli foi lá, o Tercilio esteve lá e outros Deputados. Antigamente era a cada 1%. Todavia, depois do 18%, são R\$ 100 milhões por ponto percentual; depois do 23% são 120; e depois dos 30% são 150 milhões. O que quero dizer? Isto aqui. Olhem só a postagem do Governador coloca que: *Ratinho emplaca um programa de concessão com 3.500 quilômetros de rodovia. Vitória da população do Paraná.* Olhem lá a promessa em 2021. Ao vivo no jornal, na RIC, fala que a diminuição... Não pode passar o vídeo, por isso só está o print da tela, mas quem quiser o vídeo entrego. Falava que a baixa da tarifa seria de 85% a 70% do modelo anterior. Depois da primeira apresentação do Tarcísio, o Paraná, a Agência do Estado soltou que a tarifa iria baixar em 50%, que iria ser diminuído em 50%. E o que temos aqui? Para conseguir os 50%, Deputado Requião, a empresa tem que aportar nada mais nada menos que 4 bilhões de um empreendimento que custa 7. Ninguém vai aportar 4 bilhões e não vamos ter tarifa de desconto de 50% em hipótese alguma. Deus queira que eu esteja errado e pague pela minha boca, que aconteça o 50%! Mas a verdade é esta daqui: o desconto por eixo de caminhão, que chegava a ser 15% mais barato do que o veículo de passeio, foi retirado; cada eixo de caminhão agora vai custar igual ao veículo de passeio. O que vai acontecer? Se um caminhão de oito eixos, por exemplo, trafegar nas cinco praças do Lote 1, ele pagava na concessão passada R\$ 492,80 e no modelo do edital, que é do ano de 2021, Deputados, ele vai pagar R\$ 549,00 e no modelo corrigido

com IPCA de segunda-feira, para 2023, o mesmo caminhão paga R\$ 614,23 para andar nesse lote. Isso é o preço que vai para o edital de verdade. Mas, o que estamos vendo na mídia é isto aqui. Aquela tela ali tem o exemplo usado pela RPC, exemplo que foi obtido através do Ministério da Infraestrutura. O valor usado para cálculo da tarifa no fim dos contratos, de 13,40, era de um veículo de passeio e a empresa coloca, a RPC, no caso, faz uma simulação, com 20% e mais 15% da inflação, só que o valor colocado como referência do leilão de 10,80 é de uma pista simples e, no passado, pagávamos pedágio de uma pista dupla e não simples. Por fim, o 9,94 usado como base de cálculo pela empresa, que vai ser a tarifa *mais ou menos*, ele não considera o degrau tarifário, que em determinados casos pode aumentar em 40%. No canto de cima está o preço de 2021 – a tarifa no fim do contrato, na pista que era dupla, paga por nós, era 11,90. Olhem o que vai acontecer! Então, o edital que está lá não corrigido tem 10,80 para pista simples e 15,11 para pista dupla. Trouxe este valor pelo IPCA de 2023 e olhem só o que acontece! O edital de 8/2023 vai para pista simples R\$ 12,08 e para o final das obras, com o degrau tarifário, R\$ 16,90 a duplicação. Vejam bem! E vou aplicar agora o que a RPC fez, um estudo de 20%. Ao aplicar 20%, a tarifa para pista simples fica 9,66 e a tarifa com degrau tarifário 13,52, o que representa uma diferença de R\$ 3,58. Ou seja, as informações fornecidas pela emissora não levam em consideração os principais detalhes. Não é verdadeira a forma colocada que os números serão aqueles, porque ao ser divulgado da forma que está sendo divulgado dá a impressão de que temos uma baixa de 20% a 30% na tarifa e não é verdadeiro. Olhem este outro comparativo aqui. Este é o pedágio em São Luiz do Purunã. Acabou o veículo de passeio em 9,60. Com a fórmula usada, a pista simples, que foi considerada, parece que serão 9,19 e o valor de 8,45, obtido como base depois do desconto, não considera o degrau tarifário. Olhem lá na parte de cima. Era 9,20, o edital não corrigido previa 9,19 para pista simples e 10,06 com o degrau tarifário. Venho e pego o IPCA deste ano, de abril de 2023, carrego isto e dá o seguinte resultado: 10,28 para pista simples e 11,25 com o degrau tarifário. Aplico os 20%, que é a base usada na reportagem, e tenho uma tarifa de R\$ 9,00 na pista dupla e na pista simples de 8,22. Resultado disso, R\$

0,55 de diferença. Por fim, aqui está o ponto mais gritante deste Lote 1. O Lote 1 é o filé mignon do processo, o lote com mais tráfego, o lote que não ganha nenhuma praça nova, o lote que mais atrai o mercado. Este demonstrativo de resultado financeiro é do balanço patrimonial que está na planilha da ANTT, na página 11, se não me engano; prevê uma receita de R\$ 35 bilhões, um gasto operacional de R\$ 5,16 bilhões e um investimento de R\$ 8 bilhões, ou seja, um lucro próximo a R\$ 10 bilhões. Peguei esses R\$ 10 bilhões e dividi em 30 anos, o que dá R\$ 27 milhões limpinhos por mês para a concessão desse lote. Vinte e sete milhões de lucro, segundo eles, a planilha é deles. Se eu usar a conta que aqueles 5 milhões de depreciação e amortização ficam para a empresa, chega a R\$ 42 milhões por mês de lucro. O que significa isto, só para você ter uma ideia, Deputado Romanelli! Uma pessoa para ganhar esse dinheiro, ganhando um salário-mínimo, teria que viver 2.653 anos de trabalho para ter este lucro que está tendo aqui. O que estamos vendo nesta questão do pedágio é uma *matemágica*, uma forma de não demonstrar o que vai acontecer. Não duvido que o preço da tarifa será reduzido em alguns casos. Será, sim, mas não o suficiente. Lembrando que o pedágio passado, segundo o Ministério Público Federal, tinha 500% de sobreposição de preço. Era o pedágio mais caro do Brasil. Então, comparar com a tarifa passada não é base. Não significa abaixar que vai estar bom! Está longe de ser o pedágio que o povo do Paraná precisa e quer. Estou fazendo este alerta porque coordenei a Frente com todos vocês aqui e acho que podemos ter um grande problema se isto não for colocado. A expectativa das pessoas é que aquele número apresentado lá atrás, nas primeiras apresentações que aparecem ali, que o pedágio vai cair para R\$ 9,00, é o que as pessoas pensam. Na verdade não é, porque esse número vai ser corrigido pela inflação – o resultado do edital vai ser um e depois vai ter uma correção da inflação. Por isso que trouxe para abril de 2023, para tentar explicar da forma mais rápida possível. Por fim, significa tarifas mais altas, pagas por mais tempo. O contrato vai ser de 24, esticado para 30, podendo ser postergado por mais cinco. Onze anos a mais de contrato! Atenção! O Lote 1 é o único que não tem praça de implantação nova. Nos demais lotes as praças aparecem e encarecem ainda mais o custo do povo paranaense.

O novo pedágio será mais caro, irá pesar nos custos da produção paranaense e vai prejudicar a qualidade de vida da nossa população. Portanto, é importante refletirmos. Fizemos o nosso papel. A esta Casa...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Queria que V.Ex.^a me concedesse um aparte depois que terminar.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Esta Casa fez o seu papel. Estou aqui para prestar conta do trabalho que fiz como Deputado, como Coordenador da Frente, e dizer que esse modelo teve avanços importantes de 1.º de janeiro para cá, mas ainda não é o que as audiências públicas esperavam do nosso povo.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Arilson, quero lhe cumprimentar pelo pronunciamento, por trazer de fato os números que vão espelhar a realidade. Todos sabemos que o lote um é o filé mignon dessa concessão. Há um desespero em relação à questão dessa licitação. Deveriam começar com as dificuldades do lote seis, lá da região do Sudoeste, do Oeste; do lote cinco que também pega aquela região; do lote quatro do Noroeste; mas essa parte, que é o osso, ninguém fala em leiloar e fazer o leilão agora. Fala-se do lote um e lote dois, que é o pedágio da praia, aqui, que vai voltar com o mesmo preço que era antes. Mas, Deputado Arilson, quero chamar a atenção, V.Ex.^a passou ali em um ponto que é fundamental. Como todos sabem, o fato era esse. Acho que esse ponto é o seguinte: os veículos de carga no Paraná em média pagavam 15% a menos, em média, depende o lote – em média. E quero chamar a atenção das Sr.^{as} e dos Sr.^s Parlamentares, porque vejo o setor produtivo do Paraná, os que deveriam estar questionando o aumento de custo, não estão se apercebendo que o transporte de carga, por essa nova modelagem, vai subir em valor real 15%, porque o eixo do veículo do transporte de carga vai ficar equiparado com o custo do pedágio para o veículo leve. Ele vai ter um aumento real em média de 15% sobre o que ele era no pedágio caro que tínhamos. Então, podem preparar o bolso! Podem preparar o bolso os caminhoneiros, as transportadoras de carga, o consumidor e o setor produtivo que é, muitas vezes, tão vivamente apaixonado em

defender pedágio. É bom fazer as planilhas porque o custo do transporte de carga vai subir. Vai subir para o agricultor; vai subir para todo o setor produtivo; vai subir para a indústria - especialmente para a indústria vai subir muito o pedágio. Obrigado, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Importante contribuição, Deputado Romanelli, porque o que move o nosso Estado é o transporte de cargas. O preço que o povo paga não é o veículo de passeio, o povo paga o preço do veículo de carga. O nosso arroz paga o veículo de carga, o nosso remédio paga o veículo de carga, o nosso vestuário paga o eixo comercial. O que precisamos?

Deputado Hussein Bakri (PSD): Um aparte.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Na sequência. O que precisamos neste momento?

Deputado Hussein Bakri (PSD): Não, abro mão. Vou lhe responder depois.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Fez-me perder o raciocínio. O que pagamos de verdade? Pagamos o eixo comercial. Todo mundo paga pedágio, não é só quem usa o veículo e passa pela rodovia. Normalmente, os veículos de passeio têm menos passageiros em consideração ao número do fluxo de carga no Estado do Paraná. Ou seja, no modelo de equiparar o eixo comercial com passeio, de cara o Paraná sai perdendo. Então, a importância de estarmos falando aqui, hoje, Deputado Hussein, é que ainda temos tempo para fazer alguns ajustes. Tem tempo do Governo Estadual, do Governo Federal, sentar de novo e entender esses pontos que estão sendo colocados aqui. Tem muita coisa que não está clara e evidente. Então, Deputado Romanelli, o eixo comercial só por equiparar-se traz prejuízo. Fazemos a conta porque toda a produção do Paraná é sobre o eixo comercial, tudo que consumimos é sobre o eixo comercial. Passando ou não de carro na rodovia pagamos o preço do pedágio. Dessa forma, com mais 11 anos de contrato, de 24 para 35, com mais 15 novas praças, aumentarão os pontos de arrecadação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, por favor, para concluir, um minuto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Com esse tempo a mais de contrato, aumentará o tempo de contribuição em 11 anos, aumentarão os pontos de arrecadação e isso fará com que as coisas sejam encarecidas. Portanto, o que quero? Quero pedir que façamos uma discussão. Ainda temos tempo de fazer os movimentos sobre esse edital e corrigir algumas das imperfeições apresentadas aqui por mim e por outros Deputados. É importante que o Governo do Estado entenda que esse é o momento do Governo do Estado procurar o Governo Federal e ainda revermos esse processo. Dá tempo, lançou agora o edital, tem como consertar, porque o povo do Paraná pode pagar caro 35 anos e vivermos tudo o que vivemos no passado, porque de fato o modelo que está aí, dependendo do desconto que vai ter na tarifa, não vai ter nem garantia de obras e vamos ficar reféns de um processo que não é mais nosso.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): O cuidado que temos que ter, Presidente, permita-me só, é que ninguém apresente um título de cidadão honorário para o Renan Filho, para o Ministro dos Transportes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Iracema do Oeste, Sr. Expedito de Souza e Calei Machado, por solicitação do Deputado Batatinha. Próxima oradora, pelo PSD, no horário das lideranças, Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Mesa, Deputada Maria Victoria, Deputadas e Deputados. Quero agradecer o estimado Líder do nosso partido, PSD, Deputado Romanelli, que me concedeu este horário da Liderança para eu fazer uma homenagem aos profissionais da Enfermagem. Na sexta-feira iniciamos a *Semana da Enfermagem*. Dia 12 de maio é considerado o *Dia do Enfermeiro e da Enfermeira*. Quero falar dessa profissão, desses profissionais tão importantes para a saúde do nosso estado, dos serviços públicos e privados. São profissionais que têm a principal função de cuidar das pessoas, de

todas as pessoas que buscam os serviços de saúde no nosso Estado do Paraná, no Brasil e no mundo. O dia 12 de maio foi escolhido porque é uma data emblemática para a nossa profissão, em homenagem a uma mulher do século XVIII, na Inglaterra, a Florence Nightingale. Foi uma inglesa que fundou a Enfermagem Moderna como profissão, como ciência e trouxe a ciência na organização, na administração hospitalar e no conhecimento do dia a dia do trabalho, do cuidado das pessoas. Ela ficou muito conhecida na Guerra da Crimeia, em 1850. Ao observar os soldados, na época, que morriam por falta de condições de higiene, infecções e amputações; pela observação, começou a mudar os cuidados e caíram drasticamente os óbitos naquele período. A partir daí, ela virou uma estudiosa da causa da saúde. Então, celebramos essa semana, porque 12 de maio é dia do nascimento da Florence Nightingale. Um dos marcos para nós, enquanto pioneira nessa profissão que começa, então, com ela, a partir dela, passa a ser uma profissão da ciência e não apenas um trabalho que era executado por voluntários ou por pessoas que ajudavam a cuidar das pessoas que tinham problemas de saúde. A Florence me remonta aos períodos de guerra, a guerra que vivemos na pandemia. Vivemos uma guerra contra um vírus, um vírus desconhecido, que só foi superado pela ciência, da mesma forma que a Florence fez durante o período que ela acompanhava os soldados nas guerras. Foi por meio da ciência que vivemos períodos de negação, turbulência, desinformação, *Fake News*, que ceifaram muitas vidas, Deputado Antenor. A pandemia foi superada graças, em grande medida, à diligente atuação de uns cem números de profissionais de saúde, mas especialmente dos profissionais de enfermagem, que lutaram na linha de frente para atender pessoas, colher exames, atuar dentro das UTIs e nos serviços de saúde de toda a ordem em nosso estado. Esses profissionais atuaram de maneira única na maior e mais bem organizada campanha de vacinação que tivemos no Estado do Paraná, em todos os nossos municípios, que foi a vacinação contra a Covid, pela qual foram aplicadas milhões de doses. Só em Curitiba quase 6 milhões de doses da vacina foram aplicadas nos curitibanos. Vale destacar que, apesar da negação e de pessoas, infelizmente, profissionais de saúde, ainda negarem, é pela vacina que estamos

hoje fora da pandemia. É uma ação continuada que vem salvando vidas. E faço um apelo às pessoas: vacina é vida, vacina é esperança. Não podemos deixar voltar doenças como meningite, sarampo, paralisia infantil, febre amarela, entre outras que temos vacinas e, especialmente, a Covid. Sem atuação firme e comprometida dos profissionais não teríamos conseguido dar conta de atender toda a demanda durante a pandemia. Ficou claro, portanto, que a enfermagem desde sempre é uma profissão do cuidado. Exerce, portanto, uma função primordial no dia a dia dos serviços de saúde, sendo responsável pela maior parte dos cuidados diretos às pessoas que buscam esses serviços. Também é uma atividade responsável pela atuação muito especial no trato da saúde, um olhar de acolhimento na atenção e no devido senso de alerta para a condição de cada um. Ou seja, é fundamental no acompanhamento dos tratamentos de saúde e nas ações que dão efetividade a esses tratamentos. Sem a enfermagem não há cuidado. Para os senhores e as senhoras terem uma ideia da dimensão da atuação desses profissionais, temos no Estado do Paraná 130 mil profissionais enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. No Brasil todo soma 2 milhões e 800 mil profissionais nessa profissão, que atuam em todos os níveis de atenção, na classificação de risco, na atenção primária, nos hospitais, na administração hospitalar. Temos, hoje, grandes enfermeiras que administram serviços hospitalares, na direção e serviços de auditoria, na regulação assistencial, na enfermagem forense, no ensino e na pesquisa. Avançamos muito no teleatendimento. Eu mesmo fui precursora no Brasil, durante o início da pandemia, com a implantação de uma central de teleatendimento, atuado por 55 profissionais da enfermagem, que faziam atendimento, orientações, acolhimento, classificação de risco, para as pessoas durante a pandemia. Chegamos a atender 1.500 pacientes por dia na nossa central em Curitiba. Além disso, temos uma profissão que atua no empreendedorismo, com as cooperativas de enfermagem, no Paraná, que muito ajudam ao atendimento e a parceria com os serviços públicos e privados. Em outra frente de atuação dos profissionais, cada vez mais ganham representatividade em funções diretamente ligadas à gestão, como Secretários de Saúde: a nossa Secretária Nacional de Vigilância, Ethel Maciel, Doutora em

Epidemiologia; uma enfermeira colega minha, Secretária de Estado da Saúde de Santa Catarina, Carmen Zanotto, uma grande referência para nós, Deputada Federal; Ivonéia, nossa Prefeita de Mandaguari; a Débora Chemin, que recentemente assumiu a Secretaria de São José. Enfim, posso citar inúmeras mulheres da profissão que atuam em funções e são exemplos inspiradores, que têm se encarregado de forma muito decidida no aprimoramento contínuo e no desenvolvimento para a saúde como um todo. Quero finalizar a minha fala com uma frase muito simbólica dita por Florence Nightingale, que já citei muitas vezes, e ela traduz de maneira muito feliz o que significa enfermagem para a saúde e para cada pessoa atendida: *Existe cuidado sem cura, mas não existe cura sem cuidado.* Atribuo o meu sucesso a nunca desistir e não ter desculpa alguma. Eu e minhas milhares de colegas nos dedicamos diariamente ao cuidado das pessoas, nas mais diferentes frentes. Faço da minha legislatura uma defesa da causa da vida e da saúde, e de todas as profissões que cuidam das pessoas, porque sem cuidado não há vida, sem cuidado não prosperamos, porque o bem mais precioso que temos é a vida. E cuidar da vida é a nossa especialidade como profissionais do cuidado. Viva a enfermagem nessa semana que homenageamos todos esses milhares de profissionais e milhões no Brasil. Parabéns a todos. Muito obrigada.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputada?

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Sim, Deputada.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputada Márcia. Quero parabenizar vosso pronunciamento e me somar também para parabenizar a todos os nossos companheiros, companheiras, todas as pessoas que compõem a enfermagem no nosso Estado do Paraná. É importante dizer aqui que também foi reconhecido isso pelo Presidente Lula e sancionado o Projeto de Lei que cria o Piso Nacional da Enfermagem. Então, é uma grande conquista, sabemos que é uma luta grande de toda a enfermagem do nosso Estado e do nosso País, na verdade; uma luta grande pelo reconhecimento que fazem a todos os enfermeiros nesse trabalho brilhante, como V.Ex.^a mesmo mencionou agora. E é importante

que esse reconhecimento também seja feito através do próprio salário, não é, um salário mais digno. Uma luta muito grande que agora é reconhecida, também, pelo Presidente Lula. Então, quero parabenizar pelo seu pronunciamento... (É retirado o som.)

SR.^A PRESIDENTE (Deputada Cristina Silvestri – PSDB): Um minuto para concluir, Deputada.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Só dizer dessa conquista a todos os enfermeiros, a todos os companheiros e companheiras que muito lutaram e que agora conseguiram essa grande conquista de ter reconhecido o Piso Nacional da Enfermagem.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Bem lembrado, Deputada Luciana, a sanção é nesta semana, no dia 12, no *Dia do Enfermeiro*, pelo Presidente Lula. Um trabalho do novo Governo em reconhecer esses profissionais com o novo Piso da Enfermagem, e com a liberação de recursos para que os hospitais, enfim, os municípios e os estados possam fazer o repasse devidamente reconhecido pelo Presidente. Muito bem lembrado. Obrigada.

SR.^A PRESIDENTE (Deputada Cristina Silvestri – PSDB): Deputada Márcia, em seu nome, quero cumprimentar todos os enfermeiros e enfermeiras, que fazem esse grande trabalho pelo Paraná. A seguir, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Cumprimento inicialmente a Ex.^{ma} Sr.^a Presidenta da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em exercício, que ficou muito bem no cargo, aliás; cumprimento o Líder do Governo, meu amigo Deputado Hussein Bakri; cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho; cumprimento os jornalistas; cumprimento o povo e o público que nos assiste pela *TV Assembleia*. Utilizo a palavra inicialmente, Sr.^a Presidente, para tratar de uma homenagem, do voto de congratulações e Menção Honrosa a diversos policiais militares que hoje estão aqui nesta Casa Legislativa. Além do trabalho comum, tradicional de enfrentamento à criminalidade, além de

uma luta constante protegendo o cidadão de bem, o cidadão honesto, além dos riscos que correm no exercício da sua atividade laboral, ainda assim, Sr.^a Presidente, realizaram um trabalho único e exclusivo. Em relação à cidade da Fazenda Rio Grande, um grupo de policiais salvou um bebê que se engasgou com leite materno, ficando horas no socorro dessa criança, levando essa criança até um hospital, e os próprios médicos diagnosticaram que se não fosse a ação dos policiais militares, no momento oportuno, a criança, de um ano de idade, teria perdido a vida. Então, fica a homenagem aqui ao soldado Wanderson Rigotti, ao Cadete Lucas Malanowski, ao Cadete Ubirajara Azeredo Neto e ao 2.^º Tenente Taborda. Meus parabéns em nome da população paranaense, como Deputado Estadual. E o faço, e sei que é um certificado simples, mas que representa o nosso orgulho pelo trabalho de vocês. Homenageio também com voto de congratulações e Menção Honrosa mais um grupo de policiais militares, Sr. Presidente Ademar Traiano, que realizaram um parto, um parto na rua, de madrugada, na chuva. Além do exercício da atividade policial, além do risco de vida, além das dificuldades cotidianas, Sr. Líder do Governo, salvaram a vida de uma criança realizando o parto, levando a criança até o hospital e, também, de acordo com os médicos, se o parto não tivesse sido realizado naquele contexto, essa criança não estaria com vida. Então, parabéns, a homenagem do Delegado Tito Barichello, do Delegado Xerifão, pelo trabalho de vocês. Nossa muito obrigado. Utilizo a palavra, Sr. Deputado Ademar Traiano, em um segundo momento, para trazer alguns dados acerca da segurança pública do Estado do Paraná. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Segurança Pública. No ano de 2022 para 2023 foi reduzido em 25% o número de feminicídios aqui no Estado do Paraná. O feminicídio, sem dúvida, é um dos crimes mais covardes que existe, porque é a morte da mulher enquanto mulher, em virtude da condição de mulher. É um crime que não tem justificativa e é um crime que temos que combater. Em 2022, Sr. Líder do Governo, morreram 32 mulheres. Agora, no ano de 2023, 24 mulheres. Foram poucas? Não, mas diminuiu o número. E esse é o nosso trabalho; essa é a nossa luta. E isso somente ocorreu, Sr. Líder do Governo, em virtude de uma atuação célere, positiva, profícua, proativa da Polícia Civil, da

Polícia Militar, ou seja, uma atuação contínua e constante de enfrentamento a esse tipo de crime, porque é um crime evitável. É um crime que o autor covarde o faz na certeza da impunidade. O homicida, ou melhor, o feminicida só pratica o crime porque tem certeza que vai sair impune, diferente dos homicídios que apurei, como delegado da Homicídios, praticados por organizações criminosas. No feminicídio, em regra, o sujeito ativo, o homem, aproveitando-se da sua condição de homem, de superioridade física, das relações familiares, das relações afetivas, subtrai a vida da mulher. Então, os números diminuíram. Mas sabe por que ocorreu isso, Sr. Líder do Governo? Porque tivemos uma resolução de 100%. Cem por cento do número de feminicídios foram resolvidos. E aí fica o recado, fica o recado aos criminosos aqui no Paraná. Aqui, Sr. Líder do Governo, aqui, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, não é um bom lugar para matar as mulheres, porque aqui tem consequência, e a consequência é o Código Penal com homicídio qualificado. Não existe outra forma de combater que não seja dessa maneira porque, já dizia Ludwig Feuerbach, na Teoria da Coação Psicológica, na prevenção geral, *que é a certeza da punição e o medo generalizado que toda sociedade tem que ter do direito penal e de suas consequências que inibem a criminalidade*. Aqui no Paraná é lugar de lei, de ordem e de tolerância zero. Então, 100% dos feminicídios resolvidos. E tudo isso acontece graças a um trabalho contínuo. Por exemplo: a minha esposa, Delegada Tatiana, quando na Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, resolveu o homicídio da vítima Ana Paula Campestrini, que vocês acompanharam. Os autores, e menciono os nomes porque já foram condenados: o advogado Wagner ficou com 25 anos de prisão, e o seu comparsa Marcos com 28 anos de prisão. E isso só aconteceu em virtude de uma ação efetiva da Polícia Civil, mandando um recado a toda sociedade. Eu, inclusive, ajudei no cumprimento do mandado, e esse advogado morava em uma casa de alto poder econômico, em uma casa de luxo, em um condomínio fechado. Ele jamais, em tempo algum, Sr. Líder do Governo, se imaginou preso. Acreditou na impunidade quando contratou alguém para matar a sua esposa. E qual foi o recado que a Polícia Civil deu? Que vai para a cadeia, independentemente da condição econômica. Então, Sr. Presidente, aqui

no Paraná, matou a mulher, em virtude da condição de ser mulher, na violência de gênero, vai conhecer o sistema penitenciário de graça, vai conhecer toda a estrutura penitenciária do Paraná. Essa é a consequência aqui. Ficam os parabéns, então, ao Governador do Estado, Ratinho Júnior; ao nosso Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri; ao nosso Delegado-Geral, Dr. Silvio Rockembach; ao nosso Secretário de Segurança Pública, Cel Hudson; às Delegacias da Mulher, que fazem um trabalho único, excepcional, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, e que são responsáveis por esse número que protege as nossas mulheres. Oito mulheres deixaram de morrer, obviamente, em virtude do temor dos seus maridos, que pensaram duas vezes e viram que bandidos são presos aqui no Paraná. Então, quero aqui, desde já, informar que farei um requerimento de voto de congratulações e menção honrosa, Sr. Líder do Governo - e peço o seu apoio -, à Delegacia da Mulher de Curitiba, Dr.^a Vanessa Alice, Dr.^a Emanuelle Siqueira, Dr.^a Lucy Santiago, Dr.^a Gabrielle do Amaral; à Delegacia da Mulher e do Adolescente em São José dos Pinhais, Dr.^a Sandra Nepomuceno; à Delegacia da Mulher de Araucária, Dr. Eduardo Kruger; à Chefe de Divisão da Polícia Especializada, Dr.^a Luciana Novaes; à Codem, através da Dr.^a Alcileny Artigas; e a todos os delegados que não vou poder fazer esse voto de congratulações, que atuam nas delegacias onde não existe uma delegacia especializada. Então, farei para as delegacias especializadas, em homenagem a todo trabalho realizado pela Polícia Civil do Estado do Paraná, obviamente com apoio da Polícia Militar. Este é o recado que o Governador Ratinho manda para bandidagem aqui no Paraná: é tolerância zero, é 100% de resolução, Sr. Líder do Governo. E números não se discutem, é matemática, é ciência exata. Não é como o Direito que é a ciência do dever ser. Então, parabéns ao Governador. Parabéns à Polícia Civil do Estado do Paraná. Aqui bandido não se cria, Sr. Líder do Governo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, pelo PT, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Cumprimento também quem nos dá a honra com suas presenças aqui na Assembleia no dia de hoje. Das sete universidades estaduais, seis já decretaram greve - os professores já estão em greve -, e uma, que é a Unicentro, fará a assembleia geral no final da tarde de hoje e possivelmente entrará em greve também. Então, os docentes das nossas universidades já estão puxando uma greve, que pode ser uma greve geral, com todos os servidores e servidoras do Poder Executivo. E por uma razão muito justa, são perdas salariais que ultrapassam a 43%. Ficaram 15% de perda do Governo Beto Richa, já acumulam 23% de perda no Governo Ratinho Júnior e somado passa de 43%. E aí é muito importante destacar o trabalho sério e grandioso que fazem os servidores do Estado do Paraná. O Deputado Tito Barichello acabou de ressaltar o trabalho importantíssimo da segurança pública. Sejam os policiais civis, sejam os policiais militares são servidores públicos e estão com essa perda salarial de 43%. Mas, fazem também um trabalho importantíssimo os profissionais da educação, sejam da educação básica ou do ensino superior, os profissionais de saúde, os profissionais da assistência social, os profissionais da Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente, do DER, de todas as áreas do Governo do Estado do Paraná. São milhares de servidores e servidoras que estão na ativa e são milhares que já estão aposentados - no caso da Polícia Militar estão na reserva - mas já prestaram um serviço relevante ao Estado do Paraná e, agora, como aposentados ou da reserva, precisam ser tratados também com muito respeito, para que possam ter uma aposentadoria com dignidade. Observamos que temos servidores ganhando apenas o salário-mínimo, aliás, Agente Educacional 1, que trabalha nas escolas como merendeira, como zeladoras, estão recebendo no salário inicial, na tabela da carreira, tabela salarial da carreira, recebendo R\$ 1.067,00 bruto. Para chegar a 1.320, que é o salário-mínimo, o Governo tem que acrescentar todo mês um abono. Então, recebe menos do que o salário-mínimo. Então, tomemos como exemplo o salário-mínimo. São R\$ 1320,00 porque tem o abono. Isso dá no ano, nos 12 meses, R\$ 15 mil 840. Mas, se tem uma perda de

43%, perda esta promovida pela inflação do período que derrubou o poder de compra, então é uma perda grande. Trabalham 12 meses, mas não recebem por 12 meses, recebem por oito meses; trabalham 12 e recebem como se tivesse trabalhado apenas oito meses. Então, é uma perda muito grande e isso precisa ser reparado, o Governo precisa corrigir. O salário é tão pequeno que é vergonhoso, mas mesmo assim ele não é corrigido. Então, temos servidores, inclusive aposentados, recebendo apenas o salário-mínimo por mês. Então, há um desespero no meio dos servidores, tanto da ativa quanto aposentados, desde a educação básica aos professores do ensino superior do Estado do Paraná. Estamos com seis universidades com seus professores em greve, em greve geral, e pode avançar hoje à tarde - porque a Assembleia da Unicentro será hoje à tarde - para greve também. Aí teremos sete universidades e, na sequência, virão as assembleias das demais categorias do serviço público do Poder Executivo. Portanto, quero, mais uma vez, fazer um apelo a todos os Deputados e Deputadas, um apelo ao Governador. Nós Deputados do Bloco PT/PDT fizemos um Requerimento, que está na pauta de hoje, que pedimos o apoio de todos os Deputados e Deputadas. Este Requerimento diz o seguinte: *Requer o envio de Expediente ao Governador do Estado. Senhor Presidente, os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem o envio de Expediente ao Ex.^{mo} Governador Carlos Massa Ratinho Júnior, solicitando o envio imediato do Projeto de Lei concedendo revisão geral anual de 12.13%, que é o IPCA acumulado de maio de 2021 a 30 de abril de 2022, nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das carreiras de estatutárias civil e militar do Poder Executivo, nas mesmas condições propostas pelo Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público.* E o Governo do Paraná anunciou na imprensa que seria 5.79, ainda incluindo 3.39, que é uma dívida do Governo Beto Richa, já decidida na Justiça que o Governo tem que pagar essa dívida lá de trás. Ora, os servidores estão indignados com razão. Por isso, precisamos que o Governador Ratinho Júnior envie para cá com urgência o Projeto de Lei dando 12.13% - igual o Poder Judiciário, igual o Ministério Público, igual o Tribunal de Contas - porque os servidores do Poder Executivo não têm desconto quando vão passar no

mercado, quando vão ao posto de gasolina ou quando vão comprar medicamentos. O custo de vida do servidor do Poder Executivo é o mesmo dos demais Poderes, e o Estado é que arrecada. Quem arrecada é o Poder Executivo e que partilha com os outros Poderes. Portanto, é do *couro que sai a correia*. E, neste caso, está tendo uma inversão muito grande: o Executivo que arrecada, que reparte, que tem mais dinheiro que os outros Poderes, está negando aos trabalhadores do serviço público do Poder Executivo o direito de receber o que está escrito no art. 37, X da Constituição Federal; está repetido no art. 27 da Constituição do Estado do Paraná; e consignado na Lei n.^º 15.512, de 2007, no art. 7.^º desta Lei. Portanto, estão cobertos de razão os servidores e as servidoras que já estão em greve; e estarão cobertos de razão os servidores que, porventura, também entrarão em greve nos próximos dias. E aí precisamos evitar a greve; e quem pode evitar a greve é o Governador do Estado do Paraná, neste momento, porque ele está devendo aos servidores, tanto militares quanto os civis. E ele precisa fazer esse esforço, o mais rápido possível... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O Governador precisa fazer um esforço com toda a sua equipe para, em tempo recorde, protocolar nesta Casa um Projeto de Lei para corrigir os salários dos servidores no mesmo percentual e nas mesmas condições que o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas está fazendo aos demais servidores desses Poderes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente e caros colegas, não iria nem falar hoje, mas, como o Deputado Arilson trouxe o tema do pedágio à baila, vou me antecipar e responder ao Líder Hussein. Sim, estamos cobrando do Governo Federal que conserte os erros deste modelo nefasto. A nossa posição como Bancada de Oposição aqui, do PT e do PDT, é contra o modelo de pedágio

apresentado e aprovado pelo Ministro Renan Filho e pelo Presidente Lula nos últimos dias. São erros que foram apontados há três, quatros anos atrás aqui nesta Casa. Tínhamos aqui uma Frente Contra o Pedágio e pegamos esse modelo, destrinchamo-lo, e tínhamos 54 Deputados na Legislatura passada contra o pedágio. Então, são erros que podem custar muito caro à economia do Estado do Paraná e estamos tentando, de todas as maneiras, corrigir esses erros. O modelo adotado é muito similar, para não dizer igual ao modelo passado. O que muda é a maquiagem, o que muda é a purpurina, um *Wi-fi* ali, uma luz de led acolá, mas é o mesmo modelo, por 35 anos, com 15 novas praças de pedágio pelo menos. Por que pelo menos? Porque novas praças podem ser apresentadas ao longo desses 35 anos. Temos ainda o edital a ser impugnado. E na própria CCJ foi levantada uma questão muito complicada, temos inúmeras leis no Estado do Paraná tratando de pedágio e essas leis não estão previstas no estudo que cria o modelo. Essas leis vão gerar novos custos, vão gerar novos estudos, novos impactos econômicos, que podem deixar aquele preço absurdo, que o Deputado Arilson colocou aqui para nós, ainda mais caro. Não é possível defender o pedágio e defender a economia paranaense. *Ah, mas são R\$ 50 bilhões em obras!* Cinquenta bilhões de reais em obras previstos em 35 anos, que, se fizéssemos um empréstimo no Banco Internacional, custaria muito menos para o Estado do Paraná, para a população do Paraná, e pagaríamos com “juros” bem menores do que o lucro que as pedageiras terão nos próximos 35 anos. Por isso a posição do meu colega Arilson Chiorato é a posição de todos os paranaenses sérios e de toda a nossa bancada. Falo isso com autorização e conhecimento da Bancada de Oposição da Assembleia Legislativa do Paraná, somos contra o modelo de pedágio. Éramos contra no Governo passado, éramos contra durante a campanha e somos contra agora que somos Governo Federal. E se o Governo Federal errar, cabe a nós apontarmos os erros e mostrarmos os caminhos corretos, e o pedágio é um erro. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Último orador, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, está bom o clima aqui hoje, não é? Bem *light*. Isso é bacana. Estamos há uns 10 dias sem brigas. Cinco? Cipa? Vamos fazer um Cipa, daqueles de quantos dias estamos sem brigas aqui.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Não faça lembrar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Faz o favor. Obrigado! Mas, assim, gente. Amanhã, fui convidado pelo Deputado Requião e agradeço, vai ter o *Podcast* dele, que já está famoso, e acho que isso é o bom da política, não é? Ter opiniões diferentes, mas o respeito. De vez em quando dá uma caneladinho assim, mas nada grave, com respeito. Vou lá ao *Podcast* do Requião amanhã, às 13h30, tomar coca zero e bater papo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Hussein, 13h13 ou 13h30?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Olha, companheiro, é às 13h30, faz favor. Mas, gente, brincadeiras à parte, Requião, sabe do respeito que tenho. Quero, da mesma forma aqui, concordar em parte com o discurso dos colegas. Tivemos um pedágio aqui, Sr.^s Deputados e Deputadas, no passado, que de fato foi um pedágio mal construído, um contrato mal feito, não garantindo a execução de obras, preços caríssimos - o Deputado Scanavaca, que temos muito respeito por V.Ex.^a, sabe disso - e que serviu de exemplo para não errar agora. A Assembleia teve um papel de protagonismo. Os Deputados que estão chegando agora talvez não tenham a dimensão exata do tamanho desse protagonismo. A Mesa deu todas as condições de trabalho, foram feitas várias Audiências e seguiu o trâmite normal. E naquilo que está colocado agora, infelizmente, não acontece tudo que queremos. É assim na vida, é assim em qualquer lugar. O Presidente da República na campanha - tenho muito respeito por ele - dizia que desejava um pedágio de R\$ 5,00. Ou não dizia? Ou estou enganado? Era o desejo dele. E todos sabem que apenas delegamos ao Governo Federal e o Governo Federal é que toma a decisão final. É isso. Mas, o fato concreto que taxar esse pedágio disso ou naquilo, que vai subir ou não vai subir, na minha opinião, com todo respeito aos colegas, acho que é um exercício de futurologia. É isso, nada mais do

que isso. Por que é um exercício? Temos aí as disputas que vão ser travadas. Acho que é mais importante fazer na Bolsa do que deixar essas grandes empresas fazerem conluio, conchavo e prejudicar o povo do Paraná. É a minha opinião. Acho que foi uma medida acertada. Acho que o desconto, Sr. Presidente, vai ser maior do que se espera. Talvez não os 50%, mas vai ser maior. Agora, tem uma coisa muito importante que as pessoas não pararam para pensar, que talvez seja mais importante que dinheiro: é vida. Vida! Quantas vidas se perderam de Foz do Iguaçu, Deputado Vermelho? Quantas vidas se perderam nesse trecho de Foz do Iguaçu para cá por falta de duplicação? Quantas vidas se perderam em quantos trechos porque esses caras colocaram o dinheiro no bolso e não fizeram obras? E esse contrato prevê e assegura. E quero parabenizar a todos, o Governo Federal também. *Ah, tem defeitos!* Tem defeitos, claro que tem. Agora, a rigor é preciso fazer aqui também uma construção, Deputado Arilson. Dá tempo de corrigir? Dá. Vossa Excelência está nesse caminho, não é? O Ministro Renan Filho disse que era um dos modelos mais perfeitos que ele já colocou em prática. Ele falou. O Presidente da República está aqui, ladeado pelo nosso Governador, recebendo a delegação e assinando a concessão dos dois lotes. Enfim, só quero fechar dizendo o seguinte: quem tem a caneta é o Governo Federal. Não estou aqui entrando em uma discussão, Deputado Arilson, Deputado Requião. Não estou não, longe disso. Acho que V.Ex.^{as} têm uma força muito grande politicamente falando. Temos no Paraná a Deputada Gleisi, que é Presidente do PT Nacional, e temos que respeitar a força dela. Então, se houver alguma possibilidade de melhorar, estamos juntos para aceitar essa melhora. Bom, quero dizer para o Deputado Lemos... O Deputado Lemos tem meu carinho, meu respeito. Eu admiro nele – Lemos – que ele tem uma voz mansa, não é? Ele fala no mesmo jeito em um velório, em um casamento, em uma festa de aniversário, comemorando um gol de futebol. Alguém me disse isso e achei legal. Aquela fala dele mansa, tal. Qual que é o teu time, Lemos? Corinthians? Mais um corintiano na minha vida. Ele fala daquele jeito, com tranquilidade. Quero dizer que recebemos o FES - V.Ex.^a estava presente -, o FES apresentou uma proposta, o Governo recebeu a proposta, e o Governo está avaliando essa proposta,

aguardando a chegada do Governador para fazer estudos e aí, definitivamente, mandar um Projeto de Lei para esta Casa. No demais, pessoal, quero dizer que a... A Deputada Mabel não está aí? Não, não é? Onde está a Deputada Mabel? Oh, Deputada Mabel, quero propor para semana que vem para V.Ex.^a, que faz um grande trabalho nos Campos Gerais, correndo, batalhando, para que possamos conversar com o Secretário Beto Preto. Provavelmente, ele estará aqui na terça-feira, daí já vou convidar V.Ex.^a para fazer uma tratativa em relação ao Hospital Bom Jesus. Assiste razão V.Ex.^a nessa luta e pode contar conosco. Muito obrigado a todos e um forte abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Samuel Dantas (PROS), Thiago Buhrer (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (45 Parlamentares);

Deputados ausentes com justificativa: Gugu Bueno (PSD), conforme art. 97 § 3.] IV do Regimento Interno; Paulo Gomes (PP), conforme art. 104 I § 1º do Regimento Interno; Ricardo Arruda (PL), conforme art. 104 I § 1º do Regimento Interno; Tercílio Turini (PSD), conforme art. 97 § 3º I do Regimento Interno; e Delegado Jacovós (PL), conforme art. 97 § I do Regimento Interno (**5 Deputados**); **Deputados ausentes sem justificativa:** Gilberto Ribeiro (PL), Marcel Micheletto (PL), Reichembach (PSD), e Soldado Adriano José (PP) (**4 Parlamentares**).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 400/2023**, da Deputada Luciana Rafagnin, que altera a Lei n.º 17.555, de 30 de abril de 2013, que institui as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista – TEA; **Autuado sob o n.º 401/2023**, do Deputado Alisson Wandscheer, que institui o programa “Teatenção da Saúde Bucal”, para fins de garantir a atenção e cuidados adequados para o tratamento da saúde bucal da pessoa com transtorno do espectro autista – TEA; **Autuado sob o n.º 402/2023**, do Deputado Tiago Amaral, que denomina Thiago Borges de Carvalho o centro de treinamento e instrução – Base Soe, localizado no município de Londrina; **Autuado sob o n.º 403/2023**, do Deputado Alisson Wandscheer, que institui no âmbito do Estado do Paraná o disque autismo; **Autuado sob o n.º 404/2023**, do Deputado Alisson Wandscheer, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Selo Escola Amiga do Autismo e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 405/2023**, do Deputado Alisson Wandscheer, que determina a capacitação dos professores, inclusive auxiliares, da rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 406/2023**, do Deputado Alisson Wandscheer, que institui o fundo estadual para o desenvolvimento, fomento e manutenção das políticas e programas de atendimento a pessoas e famílias dentro do transtorno do espectro autista; **Autuado sob o n.º 407/2023**, dos Deputados Delegado Tito Barichello, Flávia Francischini e Ricardo Arruda, que

estabelece sanções administrativas aos que praticarem ações que violem a liberdade religiosa no Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Solicito ao Deputado Alexandre que proceda à leitura de Mensagens que acabam de chegar à Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Mensagem n.^º 73/2023 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 408/2023**) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Jaguaraíva, do imóvel que especifica; Mensagem n.^º 74/2023 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 409/2023**) que autoriza o Poder Executivo efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Mallet.

Era o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

Passamos aos Itens da pauta.

Os dois primeiros Itens faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 169/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Santa Mariana de Futsal, com sede no município de Santa Mariana. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei nº 172/23, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Guairense de Futsal, com sede no município de Guaíra. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre, Artagão, Luís Corti, Mabel e Maria Victoria. E como vota o Deputado Scanavaca? Sempre bem-vindo à nossa Casa, nosso querido Deputado Scanavaca. Está matando a saudade hoje aqui.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Professor Lemos, *pela ordem*.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para convidar novamente os Deputados e Deputadas da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, que teremos reunião da Comissão aqui na Sala Arnaldo Busato, anexa ao Plenário, logo após a Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (10

*Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os dois Projetos.***

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 183/2023, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que revoga a Lei n.^º 14.715, de 6 de junho de 2005, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Tecnologia em Automação Informática, com sede no município de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli, Luís Corti, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira e Renato Freitas. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Bührer e Tiago Amaral (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 183/2023.***

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 3/2023, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Renato.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Tenho algumas questões sobre a prestação de contas que gostaria de dirigir ao Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, porque, pelos documentos que tive acesso, trata-se de um parecer prévio, não é um relatório final. E, em comparação com o relatório final de 2021, da prestação de contas do ano de 2021, percebo que há uma gama de itens, um número enorme de itens que estão de fora deste parecer e que não nos permitem de fato fiscalizar as contas do Estado. São eles - nós vemos no de 2021: relatório de avaliação de políticas públicas; relatório de gestão patrimonial; relatório de gestão de obras; relatório de gestão previdenciária. Há uma série de relatórios que não se encontram. Como o nome diz, é um relatório prévio. Portanto, não é a finalidade de um relatório prévio informar aos Deputados para que eles aprovem as contas, é indicar que há a princípio uma legalidade; indica a princípio que o procedimento foi escorreito, mas não que o conteúdo está ali e é ausente de contradição. Há, por exemplo, aqui uma contradição entre o valor declarado de gasto em publicidade em relação ao valor dos órgãos que declararam e no seu montante não chegou ao valor que foi declarado pelo Governo do Estado, ou seja, uma contradição interna entre o Executivo na sua declaração e o conjunto dos órgãos que formam o Executivo em suas prestações de contas autônomas. Tudo isso para dizer: Sr. Hussein Bakri, como nos sentiremos à vontade votando um Projeto que não nos dá condições de analisar e fiscalizar as ações do Governador? Como as pessoas aqui votaram em primeiro turno sem ter o relatório final? Isso me parece impossível. Isso me parece delegar o nosso trabalho, que tem duas finalidades: a finalidade legislativa, a feitura das leis, e a finalidade fiscalizatória. A atividade fiscalizatória não é uma atividade menor. Como apenas endossaremos um relatório do Tribunal de Contas sem ter acesso a todas as informações? Por que não aguardamos o relatório final? Por que não temos uma participação ativa na feitura, inclusive, desse relatório de prestação de contas e

atropelamos desta forma o processo de fiscalização, que é parte do processo democrático? Desculpe-me, Sr. Hussein Bakri, essa foi a minha impressão sobre os elementos que tenho em mãos. Talvez, a sua explicação dê conta de corrigir eventuais equívocos ou ausências na minha argumentação. Estou aguardando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Claro. Vamos aos fatos. Respeito V.Ex.^a profundamente. Ontem fizemos o primeiro debate sobre o tema e V.Ex.^a falou: *Como que posso...* Em primeiro lugar, o Tribunal de Contas aprovou de forma unânime, com todos os seus profissionais, passou por todos os setores técnicos do Tribunal de Contas. Agora, dizer que não estamos participando é diminuir o papel da Comissão de Contas desta Casa, que reunida decidiu aprovar as contas do Governo do Estado do Paraná. Claro, as informações que faltam posso mandar para V.Ex.^a, e V.Ex.^a tem liberdade de votar contra, o que faz parte do processo democrático, como a Oposição votou ontem. Agora, o devido rito foi cumprido, o processo foi cumprido. Ressalvas acontecem em qualquer lugar do mundo. Já fui Prefeito de União da Vitória, conheço várias Prefeituras que tiveram as contas aprovadas com ressalvas, servem para melhorar o processo administrativo. Mas, foi cumprido todo o rito. Mas, eventuais informações que V.Ex.^a quiser, podemos passar para V.Ex.^a. Por isso, Sr. Presidente, peço o voto “sim”. Foi feito todo o rito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “não”, pelos mesmos motivos explanados ontem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Nelson Justus, seu voto, Márcia Huçulak, Alisson, Anibelli, Ney Leprevost e Deputado Goura também. Deputado Ney, está com dificuldades de votar? Posso registrar o seu voto “sim”? Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo,

Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Samuel Dantas, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (35 Deputados); Votaram Não: Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (7 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Del. Jacobós, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (12 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e 7 votos contrários, está aprovado o Projeto de Resolução 3/2023. Trinta e seis votos, com o voto do Deputado Ney, a favor, e 7 “não”. Está aprovado o Projeto.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 386/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia do Gaiteiro Mirim, a ser celebrado anualmente em 28 de janeiro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Questão do gaiteiro mirim.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estamos junto com o gaiteiro mirim. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando. Romanelli, seu voto ao Projeto Gaiteiro Mirim. Deputado Alexandre, o seu voto, como vota? Deputada Ana Júlia, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri e Renato Freitas. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:**

Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 386/2022.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 10/2023, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui o Dia Estadual de Grão-Ducado de Luxemburgo, a ser comemorado no Estado do Paraná anualmente, no dia 23 de junho. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, a mim me parece que o Deputado Alexandre Curi, que é cidadão de Luxemburgo, poderia nos explicar a dinâmica, a composição do Grão-Ducado. Ele que é cidadão de Luxemburgo. Explica, Deputado Alexandre.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Também tenho dúvidas.

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Após a Sessão, Deputado Romanelli, no meu gabinete, o senhor terá uma aula sobre Luxemburgo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Como é que é o cidadão de Luxemburgo? É luxemburguiano?

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Luxemburguês.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Luxemburguês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Mas, quem sabe o Deputado Alexandre Amaro possa explicar.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Romanelli, também sou.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Ainda estou pleiteando ser um cidadão. Vamos conseguir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Luxemburguês.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Romanelli, eu Cloara também sou cidadã de Luxemburgo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Mas que coisa espetacular, três cidadãos aqui. Olha, só!

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): O Deputado Stephanes Junior também é cidadão de Luxemburgo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Rapaz! Está forte esse Luxemburgo mesmo, hein! Parabéns.

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): O Romanelli ainda busca o passaporte italiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Só quem está fraco é o Corinthians. O Luxemburgo não chegou lá ainda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Bührer e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda,

Soldado Adriano José e Tercílio Turini (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 10/2023.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 286/2023, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Ofício n.º 415/2023, que cria e transforma cargos em comissão, acrescenta e altera dispositivos da Lei n.º 15.854, de 16 de junho de 2008, da Lei n.º 17.423, de 20 de dezembro de 2012, da Lei n.º 19.573, de 2 de julho de 2018, e da Lei n.º 19.762, de 17 de dezembro de 2018. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Para deliberar, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar?

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Para encaminhar, Fabio Oliveira.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Fabio.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, não discutindo a constitucionalidade do Projeto, que é o momento da votação, mas só me referindo em relação ao mérito. O Projeto está sugerindo que seja feita uma correção dos benefícios saúde, alimentação e creche. Só que na proposta que está ali está dando a possibilidade que o reajuste seja feito exclusivamente a critério do Presidente do Tribunal de Contas, não colocando nenhum índice como referência. Então, queria colocar aqui o meu voto, que ele vai ser contrário a esse Projeto, e que vou entrar com um encaminhamento amanhã, para colocarmos aqui e fazer a alteração desses itens.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Valor tem, não é? Talvez V.Ex.^a esteja se referindo...

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Não é questão de valor, é a questão que ele dá condição para o Presidente fazer a correção que ele julgar importante ou

necessária sem estabelecer um índice para esses três itens aqui. Amanhã entro com uma emenda fazendo solicitação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Como votam os Deputados Alisson, Anibelli, Deputado Batatinha, Cantora Mara Lima, Denian Couto, Flávia Francischini, Professor Lemos. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (39 Deputados); Votaram Não: Fabio Oliveira (1 Deputado); Abstenção: Renato Freitas (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (13 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 286/2023.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 356/2023, de autoria da Comissão Executiva, que concede revisão geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como aos inativos e pensionistas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O nosso voto é “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Batatinha, Cristina, Luís Corti, Ney Leprevost, Renato Freitas. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 356/2023.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 359/2023, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 344/2023, que dispõe, conforme específica, sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Cristina, o seu voto, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cloara Pinheiro,*

Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor , Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson De Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Buhrer E Tiago Amaral (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Paulo Gomes Da Tv, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 359/2023.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 360/2023, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.^º 416/2023, que dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações, do auxílio-alimentação, do auxílio-creche e do auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao art. 37, Inciso X da Constituição Federal. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, só não sei se o Deputado que encaminhou, o Deputado Fábio, V.Ex.^a não estava se referindo a este Projeto, Deputado Fabio, que é o Item 10?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Também entendi dessa forma.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): É o Item 10, porque acho que é esse o Projeto que versa sobre auxílio-alimentação, creche e auxílio-saúde. Acho que o encaminhamento de V.Ex.^a era nesse sentido aqui.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, é exatamente sobre esse assunto, a assessoria passou aqui; o Item estava equivocado, é sobre o reajuste do auxílio-saúde, creche e também alimentação do Tribunal de Contas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Então, votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Mas, então é o outro Projeto, aquele mesmo que ele tinha falado?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, é este Projeto. Acho que ele se equivocou no encaminhar o Item anterior. O que estamos votando agora é o Item 10.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vamos votar “sim”, então. Por favor, o voto é “sim”.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, é sobre o Item 7 mesmo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Item 7?

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Item 7.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Então, vamos considerar. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Porque é este que trata de vale-alimentação, não é? Este é “sim”.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, só por justiça aqui, recebi o esclarecimento que é o Item 7 mesmo. Ele estava correto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Vamos votar, Sr.^s Deputados, por favor. Deputados Anibelli, Adão Litro, Arilson,

Delegado Tito, Fabio Oliveira, Flávia Francischini, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 360/2023.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 361/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.º 502/2023, reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminha o voto os líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin,

Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Batatinha, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marli Paulino, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 361/2023.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 5/2023, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Resolução n.º 15, de 12 de novembro de 2019, que dispõe sobre as verbas de ressarcimento destinadas à cobertura de despesas relacionadas à atividade parlamentar. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”, Sr. Presidente. Enquanto o pessoal vota, Sr. Presidente, quero fazer um registro aqui. Tem muitos colegas que *baixaram* temporariamente, o Deputado Jacovós está se recuperando, o Deputado Arruda fez uma cirurgia; agora o Deputado Evandro nos informa que o Deputado Turini está com problema de dengue, o Deputado Adriano também.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): O Deputado Tercilio relatou que foi muito difícil, vários dias com febre alta, sem conseguir baixar. Hoje está melhor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vamos dirigir nossas orações para os nossos colegas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sempre lembrando também de pensamentos positivos para o Deputado Paulo Gomes. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cloara

Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Batatinha, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marli Paulino, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Resolução n.º 35/2023.

Peço ao Deputado Alexandre que faça a leitura de uma mensagem que acaba de chegar aqui do Tribunal de Justiça.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, *pela ordem.* Só sobre o Deputado Paulo Gomes, estive visitando-o na sua casa, ele estava no pós-cirúrgico e mandou um abraço a todos. Segundo a assessoria dele, segunda-feira a intenção dele é já estar conosco aqui em Plenário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Muito obrigado. E Deus queira que esteja aqui conosco mesmo.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Ofício n.º 573/2023 do Tribunal de Justiça, do Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, para apreciação desta augusta Assembleia Legislativa, encaminhando o Anteprojeto de Lei (autuado sob o n.º 410/2023) que altera a Lei n.º 20.539, de 20 de abril de 2021, que cria a Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para prever a concessão de diárias no âmbito da Escola Judicial, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1010/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação da Redação Final para o Projeto de Resolução n.º 3/2023, da Ordem do Dia, pois o mesmo foi aprovado sem emenda no curso de sua tramitação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1005/2023, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de moção de apoio à tramitação do Projeto de Lei n.º 2253/2022, que altera a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária; **Requerimento n.º 1006/2023**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária, com base no ofício n.º 34/2023 do Vereador José Valter Sampaio, da Câmara de Nova Londrina, requerendo a destinação de uma viatura preferencialmente 4x4, nova, para a 21.^a Delegacia Regional de Polícia Civil de Nova Londrina/PR; **Requerimento n.º 1007/2023**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Geral do DER/PR requerendo apoio junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes para a instalação de redutores de velocidade no Trevo Sul do município de Ubiratã; **Requerimento n.º 1008/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro de menção honrosa ao Projeto Gerar - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional; **Requerimento n.º 1009/2023**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Técnica de

Enfermagem Sr.^a Elza de Fátima Pereira Moreira, pela sua trajetória, um exemplo de amor, vocação e comprometimento com a profissão com os pacientes atendidos; **Requerimento n.^º 1011/2023**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Chefe da Casa Civil, requerendo a concessão de uso do imóvel do terreno urbano para a Arquidiocese de Maringá, para atender solicitação da própria Arquidiocese; **Requerimento n.^º 1012/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro de votos de pesar à família pelo falecimento do Professor Ivo Pitz, ocorrido em 12 de maio de 2023; **Requerimento n.^º 1013/2023**, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos Sr.^s relacionados, em virtude dos relevantes serviços prestados à gestão pública de saúde no Estado do Paraná e pela passagem do “Dia do Secretário de Saúde”, instituído pela Lei n.^º 21.387, de 2023; **Requerimentos n.^ºs 1014 a 1017/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento: do Professor Manfred Theodor Schmid; do Sr. Carlos Ernesto Carlberg; do Dr. Hélio Moreira Filho; e da Sr.^a Neila Brandão; **Requerimento n.^º 1018/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro de votos de louvor aos Assistentes Sociais do Paraná, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da assistência social e por ocasião do Dia do Assistente Social, celebrado no dia 15 de maio; **Requerimento n.^º 1019/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de congratulações ao Maringá e Região Convention & Visitors Bureau, que completa 20 anos de relevantes trabalhos prestados ao setor turístico de Maringá e Região; **Requerimento n.^º 1020/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo a viabilidade de instalação de um Colégio Agrícola Estadual no município de Londrina; **Requerimento n.^º 1021/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo o chamamento de 29 candidatos suplentes para o cargo de Cadetes PM; **Requerimento n.^º 1024/2023**, dos Deputados Professor Lemos, Líder do Bloco PT-PDT, Ana Júlia, Goura, Doutor Antenor, Arilson Chiorato, Requião Filho, Renato Freitas e Luciana Rafagnin,

solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado requerendo o envio imediato do Projeto de Lei concedendo revisão geral anual de 12,13% (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA Acumulado, de maio de 2021 a abril de 2022) nas tabelas de vencimentos básico e de subsídios das carreiras estatutárias civil e militar do Poder Executivo, nas mesmas condições propostas pelo Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.^º 1022/2023, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando a imediata abertura de procedimentos disciplinares pela Corregedoria da Assembleia Legislativa, para apurar o descumprimento dos art.^s 269 e 271 do Regimento Interno desta Casa de Leis por parte do Deputado Renato Freitas; Requerimento n.^º 1023/2023, do Deputado Artagão Júnior, requerendo a criação de uma Comissão Especial para investigação do vazamento de Nafta no Porto de Paranaguá, composta por 7 (sete) Deputados, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 17 de maio de 2023, as nove horas e trinta minutos, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 386/2022, 10/2023, 286/2023, 356/2023, 359/2023, 360/2023 e 361/2023 e do Projeto de Resolução n.^º 5/2023; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 228/2023 e 319/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h01, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)